



ID: 100317336

01-07-2022



20 ANOS DE HISTÓRIA

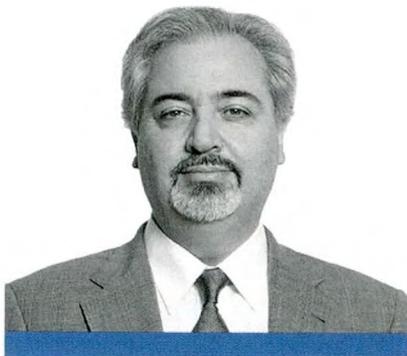
DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE PORTUGAL

ASAP

ASSOCIAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE PORTUGAL

CELEBRAR OS 20 ANOS DA ASAP

A Associação das Sociedades de Advogados de Portugal celebra o seu 20^o ano de existência. José Luís Moreira da Silva, Presidente do Conselho Diretivo da ASAP, fala da história e dos desafios futuros



José Luís Moreira da Silva
Presidente do Conselho
Diretivo da ASAP

Há vinte anos, precisamente no dia 14 de fevereiro de 2002, nascia a nossa ASAP – Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, pela mão clarividente dos nossos colegas João Pedro Gomes, João Ferreira da Conceição, Eduardo Santos Silva, Duarte de Athayde e Júlio Corrêa Mendes, subscrevendo a escritura de constituição no 4.º Cartório Notarial de Lisboa.

De um simples punhado de sociedades, evoluiu-se para as quase uma centena que hoje constituem esta Associação, representando mais de 750 sócios e cerca de cinco mil advogados a exercer integrados em sociedades de profissionais.

Decorreram já 40 anos da publicação da primeira lei que regulamentou as sociedades de advogados em Portugal (Decreto-Lei n.º 513-Q/79, de 26 de dezembro) e desde esse momento até hoje muita foi a evolução das sociedades de advogados em Portugal, sendo hoje uma realidade inultrapassável e afirmada.

De qualquer forma, as sociedades de advogados em Portugal não nasceram em 1979, existindo já naquele ano algumas que se notabilizavam, desde os anos 60, como precursoras de uma nova forma de fazer advocacia. No I Congresso Nacional dos Advogados, em novembro de 1972, já se havia aprovado a necessidade de uma futura regulamentação de um regime das sociedades de advogados, que apenas veio a ser finalmente consagrada em letra de lei em 1979, depois de variadas e demoradas vicissitudes.

Aos nossos precursores e aos antigos Presidentes do Conselho Diretor, João Pedro Gomes, Pedro Cardigos, Pedro

Raposo e João Fialho e demais membros dos órgãos sociais ao longo destes 20 anos, fica aqui o nosso muito obrigado pela extraordinária contribuição dada para que a ASAP seja o que hoje é.

Para comemorar devidamente estes vinte anos, a ASAP resolveu empreender várias iniciativas, começando pela publicação de 20 depoimentos de colegas que estiveram na origem das primeiras sociedades de advogados em Portugal, numa primeira tentativa de construir uma história das Sociedades de Advogados em Portugal, tão necessária.

Felizmente pudemos contar com o depoimento de vários precursores que souberam moldar o início das sociedades de advogados em Portugal, desde os primórdios dos anos 60 do século passado, mas infelizmente alguns dos nossos melhores já não estão fisicamente entre nós para nos dar o seu contributo. Entre outros, não podemos deixar de citar Gonçalves Pereira, António Maria Pereira, Carlos Sousa Brito, Luís Telles de Abreu, João Morais Leitão, Galvão Teles ou Rui Pena. A sua memória continua, porém, a inspirar-nos a todos.

Natural sequência da partilha de despesas e de locais de trabalho por advogados em prática individual, a emergência de sociedades formais de advogados trouxe uma maior eficiência na prática da advocacia. Uma evolução natural, acompanhando igualmente a evolução do Direito e dos próprios clientes. Do Direito, que se ia tornando cada vez mais complexo, exigindo uma atenção especializada, impossível para uma prática generalista e individual. Mas essencialmente dos clientes, que tam-



bém cresciam e exigiam cada vez mais dos seus advogados.

De 1979 até 2004 (momento da publicação da segunda lei das sociedades de advogados) o crescimento de sociedades de advogados registadas na Ordem dos Advogados cresceu exponencialmente. De apenas 2 em 1980, já se encontravam registadas em 2004 mais de 1000, sendo que hoje apenas poucas centenas mais existem, entre novos registos, extinções e fusões, embora o número de sócios e associados em cada sociedade tenha sofrido um sensível aumento. Nos anos 80 e 90 do século passado poucas sociedades ultrapassavam os vinte advogados, enquanto hoje são já mais de duas dezenas com mais de 50 advogados e algumas com mais de 200. Também se foram juntando vários outros colaboradores não advogados, aumentando os serviços de apoio e crescendo também nos espaços ocupados. Apareceram também as primeiras sociedades de advogados estrangeiras em Portugal – Linklaters, Simmons-Simmons, Cuatrecasas, Garrigues, Uria, a que se haviam de juntar algumas outras nos anos seguintes. E deu-se o primeiro salto para a internacionalização, fundamentalmente nos países de expressão portuguesa, pela comunhão de língua e de Direito, começando-se a prestar serviços fora de Portugal.

Este segundo momento da evolução das sociedades de advogados em Portugal, de 1979 a 2004 (sendo o primeiro o referente ao período pré-regulamentação, anterior a 1979), moldou as sociedades de advogados hoje existentes.

Foi, aliás, neste período de crescimento que se sentiu a necessidade de criar a

ASAP – Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, em 14 de fevereiro de 2002. Modelo aprendido da nossa congénere brasileira, a CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, uma instituição paradigmática na advocacia brasileira e que muito influenciou o surgimento e desenvolvimento da ASAP.

Esta evolução e preparação permitiram às sociedades de advogados em Portugal crescer e fortalecer-se no crescimento económico dos anos 90, preparadas também para enfrentar os enormes desafios que os períodos subsequentes de arrefecimento económico do país trouxeram. Mesmo nestes períodos, as sociedades de advogados souberam manter e crescer a sua atividade, criar emprego, com o aumento do número de associados, colaboradores e de prestadores de serviços, informatizando e inovando nos seus métodos.

Mas esta evolução muito positiva não pode fazer esquecer os grandes desafios que as sociedades de advogados ainda enfrentam nos dias de hoje, alguns deles desde a sua origem, nos anos 70 do século passado. Desafios de gestão, de internacionalização, tecnológicos, fiscais e jurídicos.

Verifica-se já, nas principais sociedades de advogados, uma tranquila mudança de geração na liderança das sociedades, para colegas mais bem preparados, formados em capacidades de gestão e com novas visões para os novos tempos. A geração que criou as sociedades e as fez desenvolver foi capaz de criar sucessores dignos que podem potenciar as sociedades para futuros ainda maiores.

Os desafios para os próximos anos podem sintetizar-se nos seguintes 6 pontos:

1. a resolução do eterno problema fiscal das sociedades de advogados, que apenas potencia a desigualdade e impede o seu normal desenvolvimento e a criação de mais emprego;

2. a discussão serena em torno das sociedades multidisciplinares, imposta pela Europa, que exige seja rodeada das necessárias cautelas que a profissão exige, mas sem dogmas retrógrados;

3. o futuro da Caixa de Previdência dos Advogados, que necessita de reformas ponderadas, mas não de revoluções, e muito menos de gritos histéricos ideológicos que põem em causa o cerne da independência da nossa profissão;

4. a criação de condições para a potenciação de uma maior internacionalização das sociedades de advogados portuguesas, aproveitando a enorme riqueza do mundo lusófono, da nossa língua e do nosso Direito;

5. a possibilidade de aproveitamento de toda a vasta capacidade que as novas tecnologias podem trazer para o mundo da advocacia;

6. finalmente, para não ser demasiado ambicioso, a apresentação de uma solução para os advogados associados das sociedades de advogados, que não ponha em causa as especificidades da profissão, mas represente o que já existe hoje de melhor na maior parte das sociedades de advogados e consta, aliás, do Código Deontológico aprovado na ASAP.

A ASAP está pronta para mais outros 20 anos, defendendo as causas das sociedades de advogados de Portugal. ■

A ASAP – O COMEÇO DE UMA LONGA HISTÓRIA COM 20 ANOS

Corria o mês de Novembro do ano 2000 quando fui convidado no Brasil (São Paulo) para estar presente num jantar informal do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA. O jantar era em casa de um advogado ilustre e amigo de longa data, Horácio Bernardes, então Presidente da Association International des Jeunes Avocats – AIJA – e também Vice-Presidente do CESA.

O evento teve como propósito um encontro informal dos membros da CESA alusivo à época de Natal. Fiquei curioso sobre a Instituição, de que já tinha ouvido falar (o escritório Castro, Barros, Sobral, Gomes havia sido sócio fundador em 1983). Assim, resultou por demais esclarecedora a troca de impressões informal que ocorreu em casa do Dr. Horácio Bernardes com os diversos elementos, todos eles sócios de Sociedades de Advogados que integravam o CESA.

Desde logo, dei-me conta da enorme solidariedade, simpatia e facilidade de comunicação que se gerara entre todos os membros que ali se encontravam. Com um e outro fui conversando e recolhendo a sua opinião sobre a associação e os seus frutos.

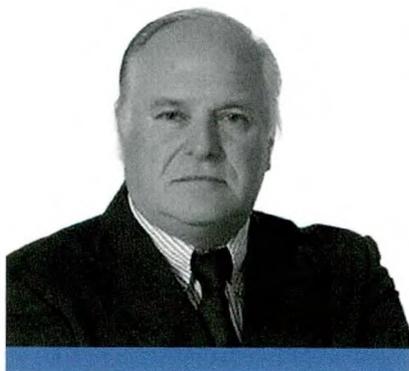
O intercâmbio de ideias, a colaboração nos dossiers em função da especialidade, a rotatividade dos estagiários em áreas de escritório complementares, a mais valia de uma força conjunta na aquisição de equipamento, o clima de abertura, simpatia e soli-

dariedade que se gerou entre as Sociedades de Advogados, era, de facto, notório. Não existia naquele jantar uma única opinião divergente sobre as enormes vantagens, sendo o saldo amplamente positivo!

Ali estavam representadas as grandes Sociedades de Advogados do Brasil – nomes ilustres como Clemencia Beatriz Wolthers, Celso de Sousa Azzi, Thomas Benes Felsberg, Otávio Uchôa da Veiga Filho, António Alberto Gouveia Vieira, António Corrêa Meyer, João Humberto Martorelli e Ronaldo Camargo Veirano, entre outros. Lá me foram contando que anteriormente à existência do CESA todos estavam muito voltados de costas uns para os outros e que a intervenção da Associação abriu novos horizontes, estabeleceu pontos de contacto e gerou um saudável convívio que favoreceu tudo e todos.

Passou a ser comum Sociedades mais especializadas em determinadas áreas do direito colaborarem com as outras, com a garantia da independência de clientela e salvaguarda da mesma. Os grandes temas de debate que se colocavam à profissão de advogado passaram a ser abarcados pela Associação ao estilo de fórum interno, permitindo ser esta o interlocutor qualificado para tratar dos assuntos junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

Acima de tudo notei que quem ali estava não eram só concorrentes, mas



João Pedro Gonçalves Gomes
1º Presidente do Conselho
Diretor da ASAP

ADVOCATUS[®]

POWERED BY  ECO

ENTREVISTA

DIOGO PERESTRELO

SÓCIO DA PLMJ

**“OS ESCRITÓRIOS
NÃO DEVEM DEPENDER
DE ALGUNS RAINMAKERS
MAS SIM DA MARCA”**

ANIVERSÁRIO **ASAP**

**20 ANOS
E 20 TESTEMUNHOS
OS FUNDADORES
DOS ESCRITÓRIOS**



5 600700 689786

138

Diretor: António Costa
Diretora executiva: Filipa Ambrósio de Sousa
10 Edições Anuais | Ano VIII | JULHO/AGOSTO 2022 | 5 euros
advocatus.pt